



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Estatuto da Criança e do Adolescente, 20 anos

Em seus 20 anos de existência, completados neste ano, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) contribuiu para importantes avanços sociais do país. Ao reunir com clareza o conjunto de direitos dos jovens, o código forneceu instrumentos ao Ministério Público e à Justiça para tornar mais eficiente o combate ao trabalho infantil e garantir oferta de vagas em escolas públicas. Entre outros aspectos relevantes, o ECA também se mostrou útil para formar consensos e nortear políticas governamentais.

O estatuto ainda não foi integralmente implementado e tem encontrado entraves à aplicação de seus princípios em algumas áreas, sobretudo no tratamento dos adolescentes infratores.

Em que pese a impressão de que a legislação é leniente nesses casos e dificulta a aplicação de punições, uma pesquisa da Universidade Federal da Bahia em diversos Tribunais de Justiça no país concluiu que o tratamento dispensado ao adolescente infrator é mais severo do que aquele aplicado aos criminosos adultos. Juízes se inclinaram pela pena mais pesada, de internação, em 86% dos casos analisados.

Também são constatadas falhas na garantia dos direitos dos jovens nos processos, como audiências apressadas e sem testemunhas de defesa – ou insuficiência de provas para a condenação. Cogitam-se mudanças no texto com o intuito de melhor detalhar as responsabilidades do poder público na execução das medidas socioeducativas. Nenhuma alteração, contudo, será suficiente se não forem criadas condições para aplicar as sanções alternativas, como a liberdade assistida, com acompanhamento de especialistas. São raros os municípios que contam com equipes preparadas e meios para implementar esses procedimentos. Essa deveria ser uma das prioridades do Estado ao lidar com crianças e adolescentes. Se juízes parecem atuar com excessivo rigor, inclinando-se pela internação, o fazem para responder a pressões da sociedade, que se sente vítima da insegurança, e por falta de condições para aplicar medidas mais adequadas.

(Folha de S. Paulo, editorial, 14/07/2010)

1. De acordo com o texto, entre as inegáveis conquistas sociais decorrentes da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cabe mencionar o

- I. aprimoramento das técnicas didáticas do ensino público fundamental e o incentivo à profissionalização orientada.
- II. estabelecimento de políticas públicas na área da educação e a garantia plena de direitos trabalhistas.
- III. estabelecimento de medidas para suprimir o trabalho infantil e garantir o pleno acesso ao ensino público.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

2. A implementação do ECA ainda não pode ser considerada um sucesso completo porque, no que diz respeito à área da justiça e da segurança,

- (A) a legislação específica para os casos de menores infratores mostrou-se leniente.
- (B) surgiram dificuldades incontornáveis para a efetiva aplicação de pena ao menor infrator.
- (C) registra-se grande morosidade no andamento de processos que implicavam medidas urgentes.
- (D) a Constituição brasileira em vigor não sanciona as garantias estabelecidas no ECA.
- (E) tem ocorrido excesso de rigor nas punições e andamento nos ritos processuais.

3. No quarto parágrafo há sugestões para o aprimoramento da aplicação do ECA no caso do adolescente infrator, entre elas a que propõe

- (A) menor período de confinamento para os adolescentes infratores que não sejam reincidentes.
- (B) ações socioeducativas, que traduzam iniciativa do poder público na direção de sanções alternativas.
- (C) longos períodos de internação apenas nos casos em que se verifique clamor público.
- (D) a convocação de especialistas para que determinem em lei os casos que admitem liberdade assistida.
- (E) intervenção nos municípios em que se verifique insurgência contra a aplicação das diretrizes do ECA.



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *formar consensos e nortear políticas governamentais* (1º parágrafo) = criar unanimidades e sancionar medidas públicas.
- (B) *não foi integralmente implementado* (2º parágrafo) = não alcançou repercussão inteiramente favorável.
- (C) *Em que pese a impressão de que* (3º parágrafo) = Tendo em vista a percepção pela qual.
- (D) *tratamento dispensado ao (...) infrator* (3º parágrafo) = trato conferido a quem infringe a lei.
- (E) *inclinando-se pela internação* (4º parágrafo) = refluindo em face do internamento.
-
5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na seguinte frase:
- (A) São dignos de nota, por conta da implementação do ECA, os avanços que está havendo nos cuidados dispensados aos menores.
- (B) Foram necessários reunir todos os direitos dos jovens num estatuto único, para que a todos os menores se dispensassem a atenção que merecem.
- (C) Os entraves que apresentam esse Estatuto devem-se, em grande parte, à dificuldade de se estabelecer penas para os menores infratores.
- (D) Cabem aos que devem aplicar os dispositivos do ECA zelar pela prudência quando da aplicação das medidas punitivas a ser tomadas.
- (E) A aplicação de penas extremamente rigorosas, que alguns juízes vem determinando na maioria dos casos, não contribuem para a formação dos adolescentes.
-
6. NÃO admite transposição para a voz passiva a seguinte construção:
- (A) *a legislação é leniente nesses casos.*
- (B) *o estatuto tem encontrado entraves.*
- (C) *a legislação dificulta a aplicação de punições.*
- (D) *o intuito de melhor detalhar as responsabilidades.*
- (E) *para implementar esses procedimentos.*
-
7. De acordo com o contexto, na frase *Essa deveria ser uma das prioridades do Estado ao lidar com crianças e adolescentes* (4º parágrafo), o pronome sublinhado
- (A) anuncia uma prioridade que se formulará em seguida, já no final do texto.
- (B) refere-se à inexistência de equipamentos de segurança minimamente aceitáveis nos municípios.
- (C) refere-se à necessidade já referida de se possibilitar a aplicação de sanções alternativas.
- (D) anuncia a prioridade de se evitar a aplicação de penas a menores eventualmente infratores.
- (E) refere-se à prioridade de garantir as conquistas já constatadas quando da aplicação do ECA.
-
8. Em *Nenhuma alteração, contudo, será suficiente se não forem criadas condições para aplicar as sanções alternativas* (...), o segmento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido da frase, por:
- (A) *Não há alteração, ademais, que se mostre inapta*
- (B) *Todavia, será insuficiente qualquer alteração*
- (C) *Uma vez que não haja mais alteração, bastará esta*
- (D) *Nenhuma alteração, fora esta, poderá bastar*
- (E) *Por conseguinte, qualquer alteração deixará de ser suficiente*
-
9. A pontuação está plenamente adequada na frase:
- (A) Em 86% dos casos que foram analisados, por uma pesquisa da Universidade Federal da Bahia, verificou-se para a frustração de muitos, que as penas aplicadas aos adolescentes tendiam quase sempre, a ser mais severas que as aplicadas a adultos em ocorrências semelhantes.
- (B) Em 86% dos casos, que foram analisados por uma pesquisa da Universidade Federal da Bahia, verificou-se para a frustração de muitos que as penas aplicadas aos adolescentes, tendiam quase sempre a ser mais severas, que as aplicadas a adultos em ocorrências semelhantes.
- (C) Em 86% dos casos que foram analisados, por uma pesquisa da Universidade Federal da Bahia, verificou-se, para a frustração de muitos que as penas aplicadas aos adolescentes, tendiam, quase sempre, a ser mais severas que as aplicadas a adultos em ocorrências semelhantes.
- (D) Em 86% dos casos que foram analisados por uma pesquisa da Universidade Federal da Bahia, verificou-se, para a frustração de muitos, que as penas aplicadas aos adolescentes tendiam, quase sempre, a ser mais severas que as aplicadas a adultos, em ocorrências semelhantes.
- (E) Em 86% dos casos que foram analisados por uma pesquisa, da Universidade Federal da Bahia, verificou-se para a frustração de muitos, que, as penas aplicadas aos adolescentes, tendiam, quase sempre, a ser mais severas que as aplicadas a adultos, em ocorrências semelhantes.
-
10. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Ainda não se fez notar uma plena satisfação da aplicabilidade desejável daqueles quesitos do ECA que se referem ao estabelecimento de suas punições.
- (B) Uma das fraquezas imputadas ao ECA está no rigor excessivo por cujo os juízes tem orientado a aplicação das penas por eles mesmos exaradas nos processos.
- (C) Faz-se mister aperfeiçoar as condições que se imputam ao ECA caso se pretendam que seus proventos atinjam também os menores infratores.
- (D) Impõe-se, com a devida vênia, que os juízes responsáveis pela aplicação do ECA congracem em torno de arrefecimento menos severo aos menores penalizados.
- (E) Apesar do que prevê o ECA, está ocorrendo excesso de rigor, na maior parte dos casos, quando se trata de julgar e punir adolescentes infratores.



Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se ao seguinte texto.

Homens

Deus, que não tinha problemas de verba, nem uma oposição para ficar dizendo "Projetos faraônicos! Projetos faraônicos!", resolveu, numa semana em que não tinha mais nada para fazer, criar o mundo. E criou o céu e a terra e as estrelas, e viu que eram razoáveis. Mas achou que faltava vida na sua criação e – sem uma ideia muito firme do que queria – começou a experimentar com formas vivas. Fez amebas, insetos, répteis. As baratas, as formigas etc. Mas, apesar de algumas coisas bem resolvidas – a borboleta, por exemplo –, nada realmente o agradou. Decidiu que estava se reprimindo e partiu para grandes projetos: o mamute, o dinossauro e, numa fase especialmente megalomaniaca, a baleia. Mas ainda não era bem aquilo. Não chegou a renegar nada do que fez – a não ser o rinoceronte, que até hoje Ele diz que não foi Ele – e tem explicação até para a girafa, citando Le Corbusier ("A forma segue a função"). Mas queria outra coisa. E então bolou um bípede. Uma variação do macaco, sem tanto cabelo. Era quase o que Ele queria. Mas ainda não era bem aquilo. E, entusiasmado, Deus trancou-se na sua oficina e pôs-se a trabalhar. E moldou sua criatura, e abrandou suas feições, e arredondou suas formas, e tirou um pouquinho daqui e acrescentou um pouquinho ali. E criou a Mulher, e viu que era boa. E determinou que ela reinaria sobre a sua criação, pois era a sua obra mais bem acabada.*

Infelizmente, o Diabo andou mexendo na lata de lixo de Deus e, com o que sobrou da Mulher, criou o Homem.

*Le Corbusier = Importante arquiteto francês

(Luis Fernando Verissimo. **As mentiras que os homens contam**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001)

11. O humor e a ironia do texto derivam de vários recursos utilizados, tais como:

- I. Aproximação jocosa da linguagem bíblica.
- II. Informalidade e irreverência na caracterização de Deus.
- III. Alusões sarcásticas à política entre os homens.

Satisfaz o enunciado o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, apenas.

12. Está correta a seguinte afirmação sobre uma ocorrência no texto:

- (A) os termos *faraônicos* e *megalomaniaca* opõem-se quanto ao sentido.
- (B) a citação do arquiteto Corbusier torna justificável a criação do rinoceronte.
- (C) o termo *se reprimindo* aplica-se a Deus pelo fato de Ele haver criado bichos monstruosos.
- (D) a forma pela qual a Mulher foi criada justifica o primado masculino na Terra.
- (E) os termos *lata de lixo* e *sobrou* conotam a inferioridade da condição do Diabo e do Homem.

13. Constituem uma **causa** e seu **efeito**, respectivamente, os segmentos indicados em:

- (A) *não tinha problemas de verba // nem [tinha] uma oposição.*
- (B) *apesar de algumas coisas bem resolvidas // nada o agradou.*
- (C) *Não chegou a renegar nada do que fez // a não ser o rinoceronte.*
- (D) *era a sua obra mais bem acabada // determinou que ela reinaria.*
- (E) *começou a experimentar com formas vivas // achou que faltava vida.*

14. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:

- (A) E teria determinado que ela tivesse reinado sobre a sua criação, uma vez que fosse sua obra mais bem acabada.
- (B) E acabou determinando que ela haveria de reinar sobre a sua criação, visto que era a sua obra mais bem acabada.
- (C) E determinara que ela houvesse de reinar sobre a sua criação, pois haverá de ter sido sua obra mais bem acabada.
- (D) E foi determinando que ela estivesse reinando sobre a sua criação, sendo sua obra mais bem acabada.
- (E) E tinha determinado que ela reinaria sobre a sua criação, dado que estivesse sendo sua obra mais bem acabada.

15. Deus criou o mundo, mas logo considerou o mundo desprovido de vida, e resolveu acrescentar ao mundo seres vivos, que povoassem o mundo e imprimissem ao mundo a marca do sopro divino.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por

- (A) considerou-o - acrescentá-lo - povoassem-no - imprimissem-no
- (B) considerou-lhe - acrescentar-lhe - povoassem-lhe - imprimissem-lhe
- (C) o considerou - acrescentar-lhe - o povoassem - lhe imprimissem
- (D) lhe considerou - acrescentá-lo - povoassem-no - imprimissem-lhe
- (E) considerou-o - o acrescentar - lhe povoassem - lhe imprimissem



Atenção: As questões de números 16 a 23 referem-se ao texto seguinte.

O humor e o “politicamente correto”

Tem sido marca de nossa época (não se sabe exatamente a partir de quando, nem por que começou) adotar extrema cautela quanto a formas de expressão, ao vocabulário, ao emprego de certos conceitos. Trata-se de evitar que seja ferida a susceptibilidade de quem pertence a determinada etnia, ou professe certa religião, ou se oriente por determinada opção sexual, ou que surja representando toda uma nacionalidade. Tal preocupação traria a vantagem de impedir (ou ao menos tentar impedir) a propagação de qualquer preconceito. Mas, no que diz respeito à criação e à prática do humor, os efeitos dessa cautela podem ser desastrosos.

É que o humor vive, exatamente, do desmesuramento, do excesso, do arbítrio, da caricatura, do estereótipo ... e do preconceito. Este último é o vilão da história: o preconceito é o argumento final para quem cultiva o politicamente correto e abomina quem dê um passo fora desse território bem comportado e muito bem controlado.

Desde sempre o humor serviu como compensação simbólica para as tantas desventuras que afligem o homem. É quando o pobre se ri do rico, o ingênuo do esperto, o fraco do poderoso; ou então, é quando ser pobre, ingênuo ou fraco já é razão para um riso que explora o peso do infortúnio e da desgraça. De fato, o humor não pede a ninguém o direito de agir: sua liberdade é a sua razão de ser, é o sentido final de quem ri – ainda que seja para não chorar.

O advento do “politicamente correto” parte da convicção de que, para sermos todos felizes, temos que ser todos, ao mesmo tempo e inteiramente, justos e honestos uns com os outros, respeitando-nos uns aos outros sem qualquer possibilidade de desvio. Ora, às vezes isso é extremamente chato: ou porque não conseguimos ser justos e honestos o tempo todo, ou porque a falta do riso acaba por nos tornar tão distantes uns em relação aos outros que nos sentimos quase desumanos... Por alguma razão, o riso é parte de nós. Sem ele, perderemos a criancice, mataremos todos os palhaços do mundo, eliminaremos todas as gargalhadas. Ou, como disse uma vez um humorista, “se o mundo chegar a ser inteiramente sério, que graça terá?”.

(Abelardo Siqueira, inédito)

16. De acordo com o primeiro parágrafo, a usual **manifestação** e uma possível **consequência** da difusão do “politicamente correto” em nossa época são, respectivamente,
- (A) a adoção de rigorosa vigilância no emprego de certas expressões e a ruínosa eliminação do humor.
 - (B) a exteriorização de justos preconceitos e a disseminação de valores e ideias mal formulados.
 - (C) o extremo rigor nos ofícios religiosos e a difusão de preconceitos meramente étnicos ou sexuais.
 - (D) um desastroso abandono das várias formas de humor e a crítica rigorosa da razão de ser dos preconceitos.
 - (E) o desprezo pelas frágeis susceptibilidades e o advento de formas políticas mais amadurecidas.

17. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O humor não elimina o preconceito; pode utilizá-lo como ingrediente para a compensação simbólica promovida pelo riso.
- II. O “politicamente correto” implica uma rígida demarcação do espaço de ação e da natureza das palavras e dos valores.
- III. O humor e o “politicamente correto” só podem coexistir em uma sociedade em que todos os homens sejam justos.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.

18. É correto deduzir-se da leitura do último parágrafo que o humor

- (A) se torna aborrecido quando o praticamos para combater o “politicamente correto”.
- (B) nos aproxima a todos, uma vez que participa da nossa própria humanidade.
- (C) corrige os desvios humanos, exatamente quando foge ao que é “politicamente correto”.
- (D) nos torna mais justos uns com os outros, pois pratica a justiça simbolicamente.
- (E) se torna uma prática saudável ao nos fazer sentir mais felizes e justos uns com os outros.

19. NÃO haverá prejuízo para o sentido do texto caso se substitua o segmento

- (A) *evitar que seja ferida a susceptibilidade* (1º parágrafo) por **impedir que se alce ao plano do sensível**.
- (B) *pertence a determinada etnia* (1º parágrafo) por **admite certos parâmetros raciais**.
- (C) *as desventuras que afligem* (3º parágrafo) por **os infortúnios que angustiam**.
- (D) *compensação simbólica* (3º parágrafo) por **dissimulação aparente**.
- (E) *qualquer possibilidade de desvio* (4º parágrafo) por **nenhum encaminhamento possível**.



20. O verbo indicado entre parênteses deve flexionar-se em uma forma do **singular** para preencher de modo correto a lacuna da frase:
- (A) É intolerável a extrema cautela que (**desejar**) impor à prática do humor os defensores do “politicamente correto”.
- (B) A cada vez que se (**propor**) a legislar sobre o humor, os próprios legisladores se convertem em matéria de riso.
- (C) Ao pobre ou ao rico não (**costumar**) reservar os humoristas piadas justas, mas tão somente engraçadas.
- (D) Diante da ação do humor (**haver**) sempre de tremer os que querem ocultar suas fraquezas.
- (E) Aos palhaços do mundo não se (**determinar**) limite para os risos que sabem provocar.
-
21. Está correto o emprego dos termos sublinhados na frase:
- (A) Tem sido marca de nossa época uma extrema preocupação com os valores edificantes de que, a rigor, pouca gente põe em prática.
- (B) O alcance crítico com que se atribui ao humor não é desprezível, pois fere fundo e faz pensar.
- (C) A caricatura e o exagero são assumidos pelo humorista como intensificações de uma verdade da qual não quer abdicar.
- (D) Todas as formas de riso, de cujas os moralistas tanto temem, vêm sendo praticadas desde o início da civilização.
- (E) Para quem ama o humor, o “politicamente correto” é uma obstinação na qual os falsos moralistas costumam se apegar.
-
22. *Desde sempre o humor serviu como compensação simbólica para as tantas desventuras que afligem o homem.*
- Uma outra redação, que preserve a correção e o sentido da frase acima, será:
- (A) As muitas desventuras que se infringe ao homem tem servido sempre como uma compensação simbólica para o humor.
- (B) O homem nunca deixou de encontrar no humor uma compensação simbólica para os tantos dissabores que o afligem.
- (C) A aflição do homem sempre se serviu do humor como compensação do que lhe desvanecem suas tantas desventuras.
- (D) O humor é uma compensação simbólica que serve ao homem para dirimir-lhe, já há tempos, suas várias aflições.
- (E) A compensação simbólica do humor vem, desde sempre, agindo assim em face das aflições do homem desventurado.
-
23. Observam-se plenamente as regras que regulamentam o emprego do sinal de crase em:
- (A) Se uma forma de reação ao humor é rir à socapa, outra forma, contrária àquela, é rir às escâncaras.
- (B) O humor não pede licença à ninguém para se fazer presente, nem recorre à normas de boa conduta para se justificar.
- (C) Assiste à toda gente o direito de não se rir de uma piada, mas não cabe à nenhuma pessoa impedir que alguém a conte.
- (D) O humorista requisitou àquela senhora para contracenar com ele, mas, afeita à defender o “politicamente correto”, ela se recusou.
- (E) É à partir das reações de alguém à ação do humor que podemos chegar à alguma conclusão sobre o seu caráter pessoal.
-
24. Ao se redigir um documento oficial, deve-se atentar para as seguintes recomendações:
- I. Praticar a concisão e a clareza, de modo a que poucas palavras possam trazer muita informação, não deixando dúvida quanto à significação do conjunto do texto.
- II. A comunicação oficial não exige o redator de manifestar claramente sua subjetividade, por meio de opiniões criativas e do posicionamento estritamente pessoal diante de uma questão.
- III. A formalidade da linguagem é uma característica imprescindível da redação oficial, fazendo-se notar, por exemplo, pela observância da norma culta e pelas formas protocolares de tratamento.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.
-
25. A frase em que se apresenta adequado e uniforme o tratamento pessoal e verbal é:
- (A) Vimos, por este intermédio, solicitar a Vossa Senhoria que vos digneis a acolher e enviar ao Juiz da 4ª Vara os autos do processo em tela.
- (B) Viemos, por este intermédio, solicitar que Vossa Excelência se digneis a acolher o parecer do processo em tela e enviá-lo ao Juiz da 4ª Vara.
- (C) Vimos, por este instrumento, solicitar-vos que acolhais o parecer que dispomos sobre o processo, e encaminhá-lo ao Juiz da 4ª Vara.
- (D) Vêm aqui, por este recurso, solicitar-vos os interessados que Vossa Excelência remetais o parecer do processo em tela ao Juiz da 4ª Vara.
- (E) Vimos, por este dispositivo, solicitar que Vossa Senhoria acolha e encaminhe ao Juiz da 4ª Vara os autos do referido processo.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Processual do Trabalho

26. Para comprovação da divergência justificadora do recurso de revista, é necessário que o recorrente junte certidão ou cópia autenticada do acórdão paradigma ou cite a fonte oficial ou o repositório autorizado em que foi publicado e transcreva, nas razões recursais,
- (A) as ementas e/ou trechos dos acórdãos trazidos à configuração do dissídio, demonstrando o conflito de teses que justifique o conhecimento do recurso, ainda que os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso.
- (B) as ementas e/ou trechos dos acórdãos trazidos à configuração do dissídio, demonstrando o conflito de teses que justifique o conhecimento do recurso, exceto se os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso.
- (C) obrigatoriamente a integralidade dos acórdãos, exceto se já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso.
- (D) a integralidade dos acórdãos, ainda que os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso.
- (E) trechos das ementas dos acórdãos trazidos à configuração do dissídio, demonstrando o conflito de teses que justifique o conhecimento do recurso, exceto se os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso.
-
27. O Procurador-Geral do Trabalho será nomeado pelo Procurador-Geral da República, dentre integrantes da instituição, com mais de trinta e cinco anos de idade e de cinco anos na carreira, integrante de lista tríplice escolhida mediante voto plurinomial, facultativo e secreto, pelo Colégio de Procuradores. Não ocorrendo número suficiente de candidatos com mais de cinco anos na carreira,
- (A) o Procurador-Geral da República deverá fornecer ao Colégio de Procuradores prazo improrrogável de 120 dias para a elaboração de lista que contenha três candidatos habilitados, independentemente do tempo de carreira.
- (B) deverá ser apresentada lista com dois nomes, sendo que o Procurador-Geral da República deverá optar por um deles, tendo em vista a obrigatoriedade da presença do requisito anos de carreira.
- (C) poderá concorrer à lista tríplice quem contar mais de dois anos na carreira.
- (D) poderá concorrer à lista tríplice quem contar mais de doze meses na carreira.
- (E) o Procurador-Geral da República deverá fornecer ao Colégio de Procuradores prazo improrrogável de 90 dias para a elaboração de lista que contenha três candidatos habilitados, independentemente do tipo de carreira.
-
28. Maria ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a empresa JARDIM, pleiteando diversas verbas trabalhistas. Em audiência, as partes se compuseram amigavelmente e a empresa pagou à Maria a quantia de R\$ 8.000,00, tendo o acordo sido homologado em audiência. Considerando que o valor da causa é R\$ 20.000,00, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, as custas processuais serão de
- (A) R\$ 160,00.
- (B) R\$ 80,00.
- (C) R\$ 400,00.
- (D) R\$ 200,00.
- (E) R\$ 100,00.
-
29. Em determinada reclamação trabalhista em trâmite perante a 1ª Vara do Trabalho de Florianópolis, o M.M. Juiz acolheu exceção de incompetência territorial e determinou a remessa dos autos a uma das Varas do Trabalho de Porto Alegre. Desta decisão
- (A) caberá mandado de segurança.
- (B) não caberá recurso, tratando-se de decisão interlocutória.
- (C) caberá agravo de instrumento.
- (D) caberá recurso ordinário.
- (E) caberá agravo de petição.
-
30. Tomás é advogado e está com três reclamações trabalhistas prontas para ajuizamento. Na reclamação trabalhista I foi atribuído à causa o valor de R\$ 20.100,00. Na reclamação trabalhista II foi atribuído à causa o valor de R\$ 15.000,00 e na reclamação trabalhista III, formulada em face de duas reclamadas, o valor de R\$ 10.200,00. Nestes casos, a reclamação trabalhista I, II e III obedecerão o procedimento
- (A) sumaríssimo.
- (B) ordinário.
- (C) ordinário, sumaríssimo e sumaríssimo, respectivamente.
- (D) ordinário, ordinário e sumaríssimo, respectivamente.
- (E) ordinário, sumaríssimo e ordinário, respectivamente.
-
31. Nas reclamações sujeitas ao Procedimento Sumaríssimo, a prova técnica
- (A) é incabível, devendo o juiz modificar o rito processual para o Ordinário e prosseguir com a realização da perícia, devendo as partes devidamente intimadas manifestarem-se sobre o laudo técnico no prazo sucessivo de cinco dias.
- (B) é incabível, devendo o juiz modificar o rito processual para o Ordinário e prosseguir com a realização da perícia, devendo as partes devidamente intimadas manifestarem-se sobre o laudo técnico no prazo sucessivo de dez dias.
- (C) somente será deferida quando a prova do fato a exigir ou for legalmente imposta, devendo as partes devidamente intimadas manifestarem-se sobre o laudo técnico no prazo comum de cinco dias.
- (D) somente será deferida quando a prova do fato a exigir ou for legalmente imposta, devendo as partes devidamente intimadas manifestarem-se sobre o laudo técnico no prazo sucessivo de dez dias.
- (E) poderá ser deferida em qualquer hipótese, mas as partes devidamente intimadas devem manifestarem-se sobre o laudo técnico no prazo comum de quarenta e oito horas.



32. A respeito do Mandado de Segurança, considere:

- I. Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora.
- II. A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.
- III. A superveniência da sentença, nos autos originários, não faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão da tutela antecipada.
- IV. Havendo discordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.

33. Marta ajuizou reclamação trabalhista em face de sua empregadora. A reclamação trabalhista foi julgada improcedente. Um ano e seis meses após o trânsito em julgado da referida reclamação, Marta faleceu. Seu único filho, Jonas, com trinta anos de idade e seu sucessor universal,

- (A) só possuirá legitimidade para ajuizar ação rescisória se estiver assistido pelo sindicato da categoria, em razão do falecimento de Marta.
- (B) não possui legitimidade para ajuizar ação rescisória tratando-se de ação personalíssima intransferível.
- (C) possui legitimidade para ajuizar ação rescisória, mas já decorreu o prazo prescricional para o ajuizamento de tal ação.
- (D) possui legitimidade para ajuizar ação rescisória, devendo depositar previamente 10% do valor da causa para ajuizamento.
- (E) possui legitimidade para ajuizar ação rescisória, devendo depositar previamente 20% do valor da causa para ajuizamento.

34. Em regra, NÃO é absolutamente impenhorável

- (A) a totalidade dos vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado.
- (B) o seguro de vida.
- (C) a totalidade dos materiais necessários para obras em andamento.
- (D) a quantia depositada em caderneta de poupança, independentemente do seu valor.
- (E) a pequena propriedade rural trabalhada pela família.

35. O princípio que dispõe que a competência é fixada no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, exceto quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia, é especificamente o princípio

- (A) da estabilidade da lide.
- (B) da *perpetuatio jurisdictionis*.
- (C) da inafastabilidade de jurisdição.
- (D) do devido processo legal.
- (E) do Juiz natural.

36. Havendo suspensão do empregado estável e posteriormente ajuizamento de inquérito judicial para apuração de falta grave, se o pedido formulado na referida ação for julgado improcedente, o

- (A) empregador ficará obrigado a reintegrar o empregado e pagar-lhe os salários e demais vantagens concernentes a todo o período de afastamento.
- (B) contrato de trabalho estará extinto sem justa causa, devendo o empregador pagar ao empregado todas as verbas que lhes são devidas, inclusive a multa referente ao FGTS.
- (C) contrato de trabalho estará extinto sem justa causa, devendo o empregador pagar ao empregado todas as verbas que lhe são devidas, exceto a multa referente ao FGTS.
- (D) empregador ficará obrigado a reintegrar o empregado e pagar-lhe somente os salários concernentes a todo o período de afastamento.
- (E) empregador ficará obrigado a reintegrar o empregado, não sendo devido o pagamento dos salários relativos ao tempo em que a questão ficou *sub judice*.

37. Com relação ao Recurso de Embargos, analise:

- I. Não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo, salvo, dentre outras hipóteses, para impugnar o conhecimento de agravo de instrumento.
- II. Não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo, salvo, dentre outras hipóteses, da decisão que não conhece de agravo de instrumento ou de agravo pela ausência de pressupostos extrínsecos.
- III. Não cabem Embargos de decisão não unânime de julgamento que conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I e II.
- (E) II.

**Direito do Trabalho**

38. Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, quando ocorrer interrupção do trabalho, resultante de causas acidentais que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do trabalho poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de duas horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que NÃO EXCEDA de
- (A) doze horas diárias, em período não superior a cento e vinte dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.
 - (B) dez horas diárias, em período não superior a sessenta dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.
 - (C) dez horas diárias, em período não superior a quarenta e cinco dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.
 - (D) dez horas diárias, em período não superior a cento e vinte dias por ano, independentemente de prévia autorização da autoridade competente.
 - (E) doze horas diárias, em período não superior a noventa dias por ano, independentemente de prévia autorização da autoridade competente.
39. Kátia, empregada da empresa G, está grávida de cinco semanas. Seu irmão, Cássio, também empregado da empresa G, tendo em vista a gravidez de sua esposa, aguarda o nascimento do seu filho para Novembro de 2010. Considerando que Márcio, filho de Cássio, nasceu hoje com vida e que Kátia sofreu um aborto não criminoso, os contratos de trabalho de Márcio e Kátia poderão ser, respectivamente,
- (A) interrompidos pelo período de três dias e por até duas semanas.
 - (B) suspensos pelo período de cinco dias e por até duas semanas.
 - (C) interrompidos pelo período de cinco dias e por até três semanas.
 - (D) suspensos pelo período de cinco dias e por até três semanas.
 - (E) interrompidos pelo período de cinco dias e por até duas semanas.
40. Marta e Mario são empregados da empresa Z e trabalham no mesmo setor. Considerando que Marta e Mario são casados, eles
- (A) não terão direito a gozar férias no mesmo período, uma vez que a época de concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador.
 - (B) terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem, independentemente de resultar ou não prejuízo para o serviço em razão do direito que lhes é resguardado pela Constituição Federal brasileira.
 - (C) terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.
 - (D) terão direito a gozar férias no mesmo período somente se requererem com antecedência mínima de noventa dias antes de expirado o período aquisitivo de férias, bem como se houver previsão contratual neste sentido.
 - (E) terão direito a gozar férias no mesmo período somente se requererem dentro de cento e vinte dias contados da expiração do período aquisitivo de férias, bem como se houver previsão contratual neste sentido.
41. O FGTS será regido por normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador. As decisões deste Conselho serão tomadas com a presença
- (A) da maioria absoluta de seus membros, tendo o Presidente e o Vice-Presidente votos de qualidade.
 - (B) da maioria absoluta de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.
 - (C) da maioria simples de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.
 - (D) de um terço de seus membros, tendo o Presidente voto de desempate.
 - (E) de um terço de seus membros, tendo o Presidente e o Vice-Presidente votos de desempate.
42. Mirna é gerente da empresa M e Gustavo é chefe de departamento da empresa G. Considerando que ambos excedem o horário normal de trabalho e que o salário do cargo de Mirna, compreendendo a gratificação de função, é inferior ao valor do respectivo salário acrescido de 30%, e que o salário do cargo de Gustavo, também compreendendo a gratificação de função, é superior ao valor do respectivo salário acrescido de 40%,
- (A) somente Mirna terá direito ao pagamento das horas extras prestadas.
 - (B) somente Gustavo terá direito ao pagamento das horas extras prestadas.
 - (C) ambos terão direito às horas extras prestadas.
 - (D) nenhum dos empregados terá direito às horas extras prestadas.
 - (E) somente Gustavo terá direito às horas extras prestadas, desde que comprove a efetiva realização através de prova documental inefutável.
43. Para efeitos de equiparação salarial, o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional, aprovado por ato administrativo da autoridade competente,
- (A) deverá ser registrado no Ministério Público do Trabalho.
 - (B) dispensa a homologação pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
 - (C) deverá ser registrado no Ministério do Trabalho e Emprego.
 - (D) deverá ser homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
 - (E) deverá ser convalidado pelo Prefeito, Governador ou Presidente da República, conforme o caso.
44. A gratificação semestral repercute pelo seu duodécimo
- (A) na gratificação natalina.
 - (B) no cálculo das horas extras.
 - (C) nas férias gozadas.
 - (D) no aviso prévio.
 - (E) nas férias indenizadas.



45. A respeito da estabilidade da empregada gestante, considere:
- I. A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade.
 - II. De acordo com o Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal brasileira, é vedada a dispensa da empregada gestante desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto.
 - III. Em regra, há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, visto que há uma relação de emprego legalmente constituída.
 - IV. O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) I e III.
46. Joana labora em serviço permanente de mecanografia. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a cada período de
- (A) sessenta minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de quinze minutos deduzidos da duração normal de trabalho.
 - (B) noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos deduzidos da duração normal de trabalho.
 - (C) sessenta minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de quinze minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.
 - (D) noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.
 - (E) noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de cinco minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.
47. A respeito do abono de férias, analise:
- I. Deverá ser requerido até quinze dias antes do término do período aquisitivo.
 - II. Tratando-se de férias coletivas, a concessão do abono de férias depende de requerimento individual, independentemente de acordo coletivo entre o empregador e o sindicato representativo da respectiva categoria profissional.
 - III. As disposições previstas na Consolidação das Leis do Trabalho referentes ao abono de férias aplicam-se aos empregados sob o regime de tempo parcial.
- De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) II.
 - (C) I e II.
 - (D) II e III.
 - (E) I.
48. Na CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, os representantes dos empregados, titulares e suplentes serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem
- (A) empregados obrigatoriamente com filiação sindical, que, se eleitos, terão mandato de dois anos, vedada a reeleição.
 - (B) empregados obrigatoriamente com filiação sindical, que, se eleitos, terão mandato de um ano, permitida uma reeleição.
 - (C) exclusivamente os empregados interessados, independentemente de filiação sindical, que, se eleitos, terão mandato de dois anos, vedada a reeleição.
 - (D) exclusivamente os empregados interessados, independentemente de filiação sindical, que, se eleitos, terão mandato de um ano, permitida uma reeleição.
 - (E) empregados obrigatoriamente com filiação sindical, que, se eleitos, terão mandato de um ano, vedada a reeleição.
49. Ao término de sua licença maternidade, Joana retornou ao seu emprego. Considerando que seu filho tem cinco meses de idade e que está sendo amamentado, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em regra, Joana terá direito, durante a jornada de trabalho, a
- (A) dois descansos especiais, de quarenta e cinco minutos cada um, até que seu filho complete seis meses de idade.
 - (B) um descanso especial, de quarenta e cinco minutos, até que seu filho complete seis meses de idade.
 - (C) dois descansos especiais, de meia hora cada um, até que seu filho complete doze meses de idade.
 - (D) um descanso especial, de quarenta e cinco minutos, até que seu filho complete doze meses de idade.
 - (E) dois descansos especiais, de meia hora cada um, até que seu filho complete seis meses de idade.
- Direito Processual Civil**
50. As condições da ação
- (A) reconhecidas liminarmente podem ser reapreciadas pelo juiz quando da prolação da sentença.
 - (B) não se aplicam ao Ministério Público, quando for parte, em razão do interesse público da sua atuação.
 - (C) não podem ser apreciadas pelo juiz *ex officio*, devendo ser obrigatoriamente arguidas pelas partes.
 - (D) só se aplicam à propositura da ação pelo autor, não sendo exigíveis quando se tratar de reconvenção.
 - (E) não podem ser arguidas pelo Ministério Público, quando intervir no processo como *custos legis*.



| | |
|---|---|
| <p>51. A petição inicial</p> <p>(A) deverá conter pedido certo e determinado, não comportando pedido alternativo, ainda que, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.</p> <p>(B) não poderá ser indeferida liminarmente, mas somente após a citação do réu, se este tiver formulado pedido nesse sentido.</p> <p>(C) só poderá ser indeferida liminarmente se o juiz verificar, desde logo, a decadência ou prescrição.</p> <p>(D) poderá ser aditada pelo autor após a citação, mesmo sem expressa autorização do réu nesse sentido.</p> <p>(E) poderá ser indeferida liminarmente, hipótese em que o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 48 horas, reformar a sua decisão.</p> | <p>55. Os embargos de terceiro podem ser opostos, no processo de execução,</p> <p>(A) até a arrematação, adjudicação ou remissão do bem em hasta pública ou leilão.</p> <p>(B) até cinco dias depois da assinatura da carta de arrematação, adjudicação ou remissão.</p> <p>(C) até o registro da carta de arrematação ou adjudicação no cartório de registro de imóveis.</p> <p>(D) a qualquer tempo, mas sempre antes da expedição da carta de arrematação, adjudicação ou remissão.</p> <p>(E) até cinco dias depois da arrematação, adjudicação ou remissão, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.</p> |
| <p>52. Em um procedimento ordinário, o réu arrolou duas testemunhas: João, que é seu amigo íntimo, e Pedro, que tem interesse no litígio. Nesse caso, é lícito ao autor, através de seu advogado, contraditar as testemunhas, arguindo-lhes</p> <p>(A) a suspeição.</p> <p>(B) o impedimento.</p> <p>(C) a incapacidade.</p> <p>(D) a suspeição e o impedimento, respectivamente.</p> <p>(E) o impedimento e a incapacidade, respectivamente.</p> | <p>56. NÃO será observado o procedimento sumário, dentre outras, nas causas</p> <p>(A) de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.</p> <p>(B) cujo valor seja de 60 salários mínimos.</p> <p>(C) de arrendamento rural e de parceria agrícola.</p> <p>(D) relativas à capacidade das pessoas.</p> <p>(E) de ressarcimento por danos em prédio urbano.</p> |
| <p>53. A ação rescisória</p> <p>(A) deve ser ajuizada antes do trânsito em julgado da sentença de mérito.</p> <p>(B) é cabível quando a sentença de mérito, transitada em julgado, se fundar em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal.</p> <p>(C) é o procedimento cabível para o reexame da prova e para a correção de injustiça da sentença.</p> <p>(D) não é cabível em face de sentença <i>ultra petita</i> transitada em julgado.</p> <p>(E) não pode ser ajuizada em face de acórdão proferido em ação rescisória anterior, ainda que presentes as hipóteses legais de admissibilidade.</p> | <p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>57. No tocante ao Tribunal Superior do Trabalho,</p> <p>(A) vinte e sete Ministros serão escolhidos dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(B) compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados Federais.</p> <p>(C) dois sextos dos Ministros serão escolhidos entre advogados com mais de quinze anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de quinze anos de efetivo exercício.</p> |
| <p>54. No que concerne aos procedimentos cautelares específicos, quando o devedor, caindo em insolvência, tenta alienar bens imóveis que possui, a fim de frustrar a execução, cabe</p> <p>(A) busca e apreensão.</p> <p>(B) sequestro.</p> <p>(C) arresto.</p> <p>(D) exibição.</p> <p>(E) produção antecipada de provas.</p> | <p>(D) a lei disporá sobre a sua competência, sendo que funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.</p> <p>(E) vinte e sete Ministros serão escolhidos dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.</p> |



58. Conforme determina a Constituição Federal, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, compete exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como
- (A) entidade separada e independente, cujas decisões serão revisadas na Justiça do Trabalho.
 - (B) órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
 - (C) ente da administração pública direta, cujas decisões não serão revisadas pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (D) ente subordinado diretamente ao Supremo Tribunal Federal, que presta contas ao Senado Federal.
 - (E) ente subordinado diretamente ao Supremo Tribunal Federal, que presta contas ao Tribunal de Contas da União.
59. Sobre os Direitos Sociais, a manifestação do princípio da solidariedade internacional dos interesses dos trabalhadores está inserida no direito de
- (A) liberdade de inscrição.
 - (B) proteção especial aos dirigentes eleitos dos trabalhadores.
 - (C) independência.
 - (D) autonomia.
 - (E) relacionamento.
60. É legitimado ativo para a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental o
- (A) Advogado Geral da União.
 - (B) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (C) Conselho Nacional de Justiça.
 - (D) Representante do Ministério Público Estadual.
 - (E) Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
61. A Constituição Federal faculta à União a delegação de assuntos de sua competência legislativa privativa aos Estados, desde que satisfeitos os requisitos
- (A) objetivo e explícito.
 - (B) formal, material e implícito.
 - (C) subjetivo e absoluto.
 - (D) ativo, relativo e explícito.
 - (E) singular, objetivo e pleno.
62. Nos termos da Constituição Federal, em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar
- (A) ação anulatória de contrato de trabalho.
 - (B) ação declaratória de relação jurídica entre empregado e empregador.
 - (C) dissídio individual.
 - (D) dissídio coletivo.
 - (E) reclamação trabalhista de rescisão indireta do contrato de trabalho.
63. Na hipótese de condenação por crime de responsabilidade, a Constituição Federal prevê que o Presidente da República estará sujeito à perda do cargo e a inabilitação para o exercício de função pública que são sanções
- (A) dependentes e subjetivas.
 - (B) típicas e não cumulativas.
 - (C) atípicas e não cumulativas.
 - (D) autônomas e cumulativas.
 - (E) atípicas e subjetivas.
- Direito Administrativo**
64. A respeito da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar:
- (A) Somente agentes públicos respondem por atos de improbidade administrativa.
 - (B) A medida de indisponibilidade de bens é possível para atos de improbidade geradores de lesão ao erário ou de enriquecimento ilícito.
 - (C) Deixar de prestar contas, quando esteja obrigado a fazê-lo, caracteriza ato de improbidade gerador de prejuízo ao erário.
 - (D) O agente público, para os efeitos da Lei de Improbidade, desempenha atividade sempre mediante remuneração, ainda que transitoriamente.
 - (E) Dispensar indevidamente licitação constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.



65. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, é dever do servidor público

- (A) guardar sigilo sobre assunto da repartição de que teve ciência em razão do cargo, mesmo que referido assunto envolva irregularidades.
- (B) representar contra omissão, sendo que tal representação será apreciada pela autoridade contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.
- (C) cumprir as ordens superiores, ainda que manifestamente ilegais.
- (D) atender com presteza à expedição de certidões para o atendimento do interesse público, exceto para esclarecimento de situação de interesse pessoal.
- (E) atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo.

66. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, nos processos administrativos serão observados, dentre outros, os critérios de

- (A) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.
- (B) atendimento a fins de interesse geral, vedada, em qualquer hipótese, a renúncia total ou parcial de poderes ou competências.
- (C) proibição de impulsão de ofício do processo administrativo.
- (D) aplicação retroativa de nova interpretação.
- (E) desnecessidade de indicação dos pressupostos fáticos que determinarem a decisão, bastando a indicação dos pressupostos de direito.

67. Sobre os requisitos dos atos administrativos, é correto afirmar:

- (A) Em relação ao objeto, o ato administrativo será sempre discricionário.
- (B) O objeto do ato administrativo apenas será natural, não podendo ser acidental, diferentemente do que ocorre no negócio jurídico de direito privado.
- (C) O silêncio pode significar forma de manifestação da vontade da Administração quando a lei assim o prevê.
- (D) Se a lei exige processo disciplinar para demissão de um funcionário, a falta ou o vício naquele procedimento são hipóteses de revogação da demissão.
- (E) O objeto é o efeito jurídico mediato que o ato produz, enquanto a finalidade é o efeito imediato.

Noções de Gestão Pública

68. Considere:

- I. Orçamento por programas é uma modalidade de orçamento que está intimamente associada ao planejamento, traduzindo amplamente o plano de trabalho do governo, com a indicação dos programas e das ações a serem realizados, inclusive com a discriminação dos projetos e atividades, bem como dos montantes e das fontes de recursos a serem utilizados em sua execução.
- II. Orçamento por programas tem como função principal propiciar o controle político sobre as finanças públicas, valendo-se de técnicas contábeis, realizando o confronto entre as receitas e despesas, buscando manter o equilíbrio financeiro e evitar ao máximo a expansão descontrolada dos gastos.
- III. Orçamento por programas é uma modalidade de orçamento que incentiva os órgãos setoriais a pressionarem o governo por contínua ampliação dos gastos, sem que haja uma avaliação quanto ao alinhamento das novas despesas com a política de governo, suas estratégias e diretrizes.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II.
- (B) I.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

69. O princípio orçamentário que determina que deverão ser incluídos no orçamento, exclusivamente, assuntos que lhe sejam pertinentes, refere-se ao Princípio

- (A) da Unidade.
- (B) da Programação.
- (C) da Competência.
- (D) do Equilíbrio.
- (E) da Exclusividade.

70. A respeito do ciclo PDCA, analise:

- I. Consiste em uma sequência de passos utilizada para controlar qualquer processo definido.
- II. É uma ferramenta que auxilia na organização do processo de implementação de melhorias, dando uma diretriz para a condução desses processos.
- III. É usado para identificar uma ou duas categorias de situação nas quais a maioria dos problemas ocorre. Essa ferramenta enfoca o esforço nas categorias que oferecem maior potencial de melhoria, exibindo suas frequências relativas.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I.
- (E) II e III.



Discursiva – Redação

1. Leia atentamente o texto seguinte:

Um grande poeta brasileiro já disse, dando eco às convicções dos sábios estoicos da Antiguidade, que cada um de nós deve ser como as águas de um rio tranquilo, que tanto sabem refletir as estrelas do céu, que o iluminam, como as nuvens de chumbo, que o encobrem. A aceitação das diferenças é sempre generosa.

2. Reflita sobre o texto acima e redija uma dissertação, posicionando-se diante dele e argumentando de forma clara e objetiva.
3. Sua redação deve ter no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |